PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS

ENCARTE 02 – CONTEXTO ESTADUAL

Relatório Técnico

CPM RT 117/02

Revisão 01

Agosto/04

CEPEMAR – Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda
Av. Carlos Moreira Lima, 90, Bento Ferreira, Cep: 29050-650 – Vitória – ES
PABX: (27) 3235-6500 - FAX: (27) 3235-6528
E-MAIL: cepemar@cepemar.com

APRESENTAÇÃO

Para efeito da elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, foi seguido o Termo de Referência emitido pela Seama, que se norteiou pela mesma metodologia que vem sendo utilizada para unidades de conservação federais de proteção integral. São vários os momentos de planejamento, conforme determinado no Roteiro Metodológico do Ibama (1996). Assim, cada fase foi estruturada com vistas à acumulação, atualização e evolução do conhecimento da realidade da Unidade em foco.

Obedecendo-se ao previsto no TR, os resultados do trabalho foram organizados e apresentados em encartes, respeitando o princípio da possibilidade de atualização e acumulação de informações ao longo da implementação dessa fase de desenvolvimento da gestão do Parque. Essa forma de apresentação objetivou propiciar a atualização e a retificação por partes, caso o conhecimento adquirido no transcorrer de sua implementação forneça subsídios para tal. Assim, o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas é apresentado através de 5 Encartes, sendo objeto deste documento, o Encarte 2, que contempla o contexto estadual, localizando a UC em termos de divisão político administrativa, as unidades de conservação existentes no Espirito Santo, bem como fornece informações sobre a atuação dos agentes econômicos regionais e seus impactos sobre a UC e o desenvolvimento do turismo.

Para elaboração deste documento utilizaram-se dados recentes do IBGE e os dados dos censos agropecuário e industrial divulgados por instituições públicas e privadas do Estado do Espírito Santo. Foram consultadas várias instituições como a Prefeitura de Conceição da Barra, o Consórcio Intermunicipal da Bacia do rio Itaúnas, o Ibama, a Semmam, o Idaf e a própria Seama, com vistas a complementar e atualizar o relatório similar da Simbios, elaborado em 2000 e repassado para a Cepemar, pela Petrobrás, no inicio dos estudos.

CONTEÚDO

1 DIVISÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA 004

2 AGENTES ECONÔMICOS REGIONAIS E PRINCIPAIS IMPACTOS GERADOS..... 007

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO E.S. 032

4 EQUIPE TÉCNICA 043

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 044

6 ANEXOS 045

Anexo 1: Mapa Geopolítico do Espírito Santo com a Localização do Parque de Itaúnas

Anexo 2: Mapa de Localização das Unidades de Conservação no ES.

1. DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

O Espírito Santo insere-se na Região Sudeste, no lado oriental do Continente Brasileiro, Costa do Atlântico. Trata-se de uma porção territorial fisicamente montanhosa, marcada por planaltos e serras do Atlântico e planícies litorâneas a leste. Possui um área total de 46.184 km^2, o que equivale a 0,54% do território brasileiro e 4,98% da Região Sudeste (Anexo 1).

O litoral espírito-santense é extenso, apresentando muitos acidentes geográficos (ilhas, baías, dunas e praias). A principal baía é a de Vitória[1]. Os portos de Vitória, Capuaba e de Tubarão localizam-se na baia do Espírito Santo. Além da Ilha de Vitória, pertencem ao Espírito Santo as ilhas de Trindade e Martin Vaz, localizadas a 1.100 km da costa capixaba, ambas reservas ecológicas municipais.

O Espírito Santo possui 77 municípios distribuídos em doze microrregiões geográficas, que são reunidas em quatro mesorregiões geográficas[2], conforme listado na Tabela 1 e na Figura 1, a seguir.

A zona costeira capixaba abrange 17 municípios distribuídos em 411 km de costa (BRASIL, 1995). A densidade demográfica da costa do Espírito Santo, em 1995, era de 145,15 hab./km^2 para uma população de 1.530.914 habitantes. É setorizada em:

- Litoral Extremo Norte;
- Litoral Norte;
- Litoral Centro-Vitória;
- Litoral Sul;
- Litoral Extremo Sul.

O Espírito Santo, em 1996 era o décimo-quarto estado brasileiro em termos de população, abaixo de estados mais populosos como: São Paulo, Minas Gerias, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Estes seis estados concentravam, em conjunto, 60,17% do total da população brasileira. A população espírito-santense vem crescendo lentamente nos últimos anos, em termos absolutos. A Figura 1 ilustra esse crescimento para o período compreendido entre 1996 e 2000.

[1] Vitória é atualmente o centro urbano com maior adensamento populacional, superior a 100 hab/km^2 e referência industrial, comercial e turística de todo o Estado.

[2] Lei nº 5.120, de 01 de dezembro de 1995.

Tabela 1: Divisão Político-Administrativa do Espírito Santo.

Macro-região	Microregião	Municípios de Abrangência
Metropolitana	1. Metropolitana	Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana
	2. Metrópole Expandida Norte	Fundão, Ibiraçu, João Neiva, Aracruz, Linhares, Rio Bananal, Sooretama
	3. Metrópole Expandida Sul	Guarapari, Anchieta, Piúma, Iconha, Itapemirim, Alfredo Chaves e Marataízes
	4. Central Serrana	Santa Tereza, Itarana, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá
	5. Sudoeste Serrana	Afonso Cláudio, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Brejetuba e Laranja da Terra
Nor te	6. Litoral Norte	Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário
	7. Extremo Norte	Pinheiros, Montanha, Mucurici e Ponto Belo
Noroeste	8. Pólo Colatina	Colatina, Marilândia, Baixo Guandú, Pancas e Alto Rio Novo
	9. Noroeste I	Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Mantenópolis e Ecoporanga
	10. Noroeste II	Nova Venécia, Boa Esperança, São Gabriel da Palha, Águia Branca, São Domingos do Norte, Vila Valério e Vila Pavão
Sul	11. Pólo Cacheiro	Cachoeiro do Itapemirim, Vargem Alta, Castelo, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Presidente Kenedy, Rio Novo do Sul
	12. Caparaó	Alegre, Guaçuí, Dores do Rio Preto, Ititirama, Divino São Lourenço, Iúna, Irupi, Ibatiba e Muniz Freire.

Fonte: IBGE, 2001.
Nota: O município onde se localiza o Parque Estadual de Itaúnas está sublinhado.

Atualmente verifica-se que a maioria absoluta da população se concentra nas zonas urbanas do Estado, perfazendo 79,52% do total (Figura 2).

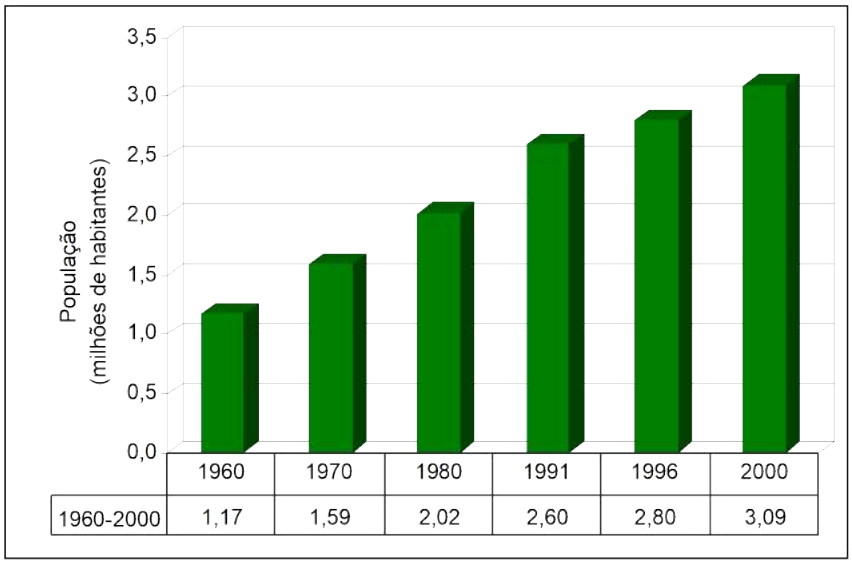

Figura 1: População do Espírito Santo no período entre 1960 e 2000 (Fonte: IBGE, 2001).

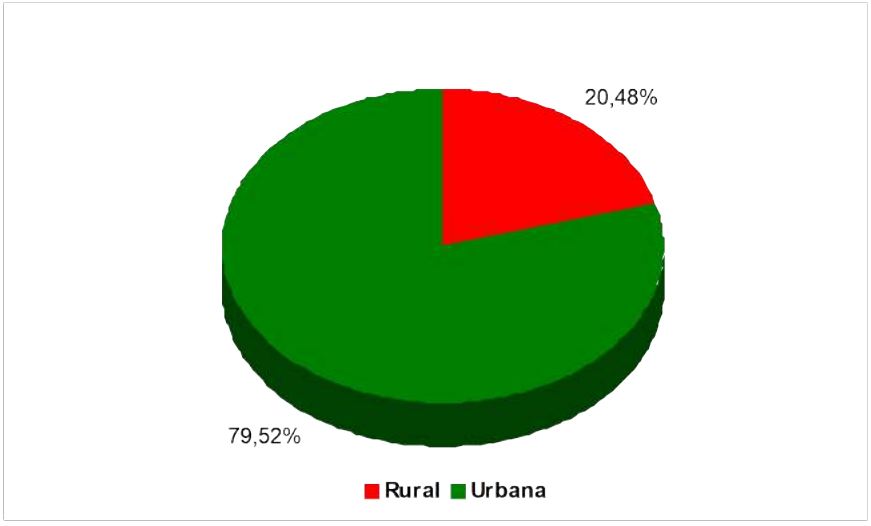

Figura 2 : Distribuição da População Espírito-Santense por Unidade Domiciliar (IBGE, 2001)

2. AGENTES ECONÔMICOS REGIONAIS E PRINCIPAIS IMPACTOS SOBRE O PARQUE

Definiu-se no presente encarte que compõe o Plano de Manejo do PEI, a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas, representada por um conjunto de 8 municípios, como sendo o contexto regional onde a unidade de conservação se insere, estando a mesma sujeita as ações desenvolvidas pelos agentes econômicos localizadas na bacia, vez que todas as ações humanas, no que tange ao uso do solo e das água (captação e devolução de efluentes aos cursos d'água), repercutirão, direta ou indiretamente sobre a unidade. Ademais, quaisquer ações de planejamento e intervenção na unidade de conservação, não devem abrir mão de uma análise conjunta das repercussões dos potenciais impactos gerados em toda Bacia.

♦ *AÇÕES ANTRÓPICAS E SUAS RELAÇÕES COM OS CURSOS D'ÁGUA QUE FORMAM A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAÚNAS*

A Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (BHI), onde está inserido o Parque Estadual de Itaúnas (PEI), abrange uma extensa porção do extremo Norte até a faixa costeira limítrofe do Espírito Santo com o Estado da Bahia.

De um total de 12 bacias hidrográficas existentes no Espírito Santo, a saber: 1) Itaúnas 2) São Mateus 3) Doce-Suruaca 4) Riacho 5) Reis Magos 6) Santa Maria da Vitória 7) Jucu 8) Guarapari 9) Benevente 10) Rio Novo 11) Itapemirim e 12) Itabapoana, a do Itaúnas é uma das mais problemáticas em termos de balanço hídrico, dado a incidência de pouca chuva ao longo do ano e um nível de evaporação superior às demais bacias hidrográficas.

No ano de 1998 essa Bacia funcionou como uma área objeto para a experiência-piloto e início do Programa Governamental PROMANANCIAL (Programa Integrado de Conservação e Recuperação dos Mananciais de Abastecimento e suas Bacias Hidrográficas) concebido pela SEAMA no início da década de noventa, e que contou com a parceria da CESAN. Reuniões nos vários municípios da Bacia foram realizadas no sentido de se discutir as ações para iniciar um processo de recuperação dos mananciais, através, dentre outras, da recomposição de matas ciliares e a sensibilização da comunidade para uma nova postura frente aos recursos da natureza. Surgiu nesse bojo o Comitê Provisório da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, com respaldo em todos os municípios. Mais recentemente esse Comitê foi transformado em caráter "permanente".

Em tal ocasião, uma das maiores secas dos últimos anos assolava fortemente toda a região norte do Espírito Santo. Em virtude das graves conseqüências que a intensidade e longevidade de tal fenômeno trouxe para a sobrevivência das pessoas residentes, gestões políticas foram realizadas pela representação parlamentar capixaba em nível federal, culminando com a inclusão de 27 municípios do Norte do Espírito Santo como área pertencente à zona de influência da Superintendência de Desenvolvimento Nordeste

(SUDENE), podendo fazer uso dos incentivos fiscais e demais programas dessa instituição (Lei nº 9.960, de 15/07/98).

Um total de 8 municípios capixabas possuem áreas que contribuem para a formação da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (BHI). No sentido das distâncias das primeiras nascentes em direção às fozes do rio Itaúnas (natural e artificial), encontra-se primeiramente os municípios de Mucurici, Ponto Belo e Montanha, seguidos por Pinheiros, Boa Esperança, São Mateus, Pedro Canário e, finalmente, Conceição da Barra, que abrange as áreas do Parque Estadual de Itaúnas (PEI). Todas as considerações e tabelas referentes ao meio antrópico desses municípios serão apresentadas nessa ordem, obedecendo à lógica do caminho das águas, sentido nascente/foz, e não pela importância econômica de cada um deles no conjunto da Bacia, ou por qualquer outro critério.

Tabela 1: Áreas Municipais de Contribuição para a BHI e Cobertura Relativa.

Município	Área de Contribuição(ha)	Cobertura (%)
Mucurici	55.604,71	12,60
Ponto Belo	16.995,62	3,85
Montanha	111.376,43	25,27
Pinheiros	94.634,36	21,47
Boa Esperança	26.819,72	6,08
São Mateus	12.426,38	2,81
Pedro Canário	46.824,40	10,62
Conceição da Barra	76.002,71	17,24
TOTAL	**440.684,30**	**100**

Fonte: UFES/GEARH - 1997

♦ *INSERÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAÚNAS NO CONTEXTO ESTADUAL: ALGUNS INDICADORES*

A soma das áreas totais dos 8 municípios supracitados, equivale a aproximadamente 16% da superfície territorial do Estado do Espírito Santo. Já a população residente total nos mesmos, de acordo com o último recenseamento demográfico feito pelo IBGE (Ano 2000), perfaz 6,56% do número total de habitantes no Espírito Santo, que chegou a marca de 3.097.232 pessoas residindo em solo capixaba. Em termos econômicos os municípios da BHI representaram conjuntamente com 4% para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) Estadual no ano de 1998, com uma renda per capita média anual de apenas R$ 3.387,00, contra R$ 5.700,00 para o Espírito Santo.

Em relação aos 78 municípios existentes hoje no Espírito Santo, apenas São Mateus e Conceição da Barra estão com ranking entre os vinte primeiros colocados em termos de posição no PIB, isto para os dois últimos anos divulgados (1997 e 1998) pelo IPES (Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Planejamento Jones dos Santos Neves). Mucurici e Ponto Belo encontram-se entre os 8 últimos colocados, refletindo a situação de elevada carência econômica e social de tal porção da Bacia do Itaúnas.

Não obstante, o indicador elaborado pelo IPES que nos dá uma melhor visão do desenvolvimento socioeconômico é o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), que resulta de uma média de cinco outros indicadores (Índice de Desenvolvimento Urbano, Índice de Desenvolvimento Social, Índice das Finanças Municipais, Índice de Desenvolvimento Econômico e Índice de Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos). Conforme pode ser observado na Tabela 2 , somente o município de São Mateus conseguiu ficar entre os 25 primeiros do Espírito Santo, isto para o único ano publicado (2000) até a presente data. Os demais que fazem parte da BHI, ocuparam as posições do meio para baixo.

Tabela 02: Municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas (Dados Demográficos e Econômicos).

ITENS	MUCURICI	PONTO BELO	MONTANHA	PINHEIROS	BOA ESPERANÇA	SÃO MATEUS	PEDRO CANÁRIO	CONCEIÇÃO DA BARRA
1 – População Residente (Ano 2000)	5.900	6.263	17.263	21.320	13.679	90.460	21.961	26.494
2 – População Rural e Urbana (Ano 2000)	Rural: 2.730 Urbana: 3.170	Rural: 1.396 Urbana: 4.867	Rural: 4.331 Urbana: 12.932	Rural: 7.350 Urbana: 13.970	Rural: 4.510 Urbana: 9.169	Rural: 21.456 Urbana: 69.004	Rural: 1.769 Urbana: 20.192	Rural: 7.175 Urbana: 19.319
3 – População por sexo (Ano 2000)	Homens: 3.024 Mulheres: 2.876	Homens: 3.226 Mulheres: 3.037	Homens: 8.684 Mulheres: 8.579	Homens: 10.787 Mulheres: 10.533	Homens: 6.954 Mulheres: 6.725	Homens: 45.002 Mulheres: 45.458	Homens: 11.019 Mulheres: 10.942	Homens: 13.304 Mulheres: 13.190
4 – Área Total (Km^2)	535	401	1.090	959	425	2.284	580	1.036
5 – Densidade Demográfica (Hab/Km^2)	11,0	15,6	15,8	22,2	32,1	39,6	37,8	25,5
6 – Área Equivalente ao Território Estadual	1,16%	0,87%	2,38%	2,10%	0,90%	5,07%	0,94%	2,57%
7 – Unidade de Conservação da Natureza Inscritas no Estado do Espírito Santo	-	-	-	- Reserva Biológica de Córrego do Veado (IBAMA – 2.393 há)	-	- Reserva Ecológica Municipal Córrego do Jacarandá (Prefeitura) - Estação Ecológica de Barra Nova (Prefeitura	-	- Floresta Nacional do rio Preto (IBAMA – 2.830 ha) - Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra (SEAMA – 7.728 ha) - Parque Estadual de Itaúnas (SEAMA – 3.150 ha) - Reserva Biológica de Córrego Grande (IBAMA – 1.504 ha)
8 – Índice de Desenvolvimento Municipal – (Posição do Município no Ranking Estadual – de um total de 77 municípios do ES) Ano 2000	51º	47º	45º	39º	58º	24º	66º	41º
9 – Participação Relativa do município na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo (1998)	0,14%	0,11%	0,33%	0,53%	0,19%	1,62%	0,45%	0,63%

Tabela 02: Municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas (Dados Demográficos e Econômicos). (Continuação).

ITENS	MUCURICI	PONTO BELO	MONTANHA	PINHEIROS	BOA ESPERANÇA	SÃO MATEUS	PEDRO CANÁRIO	CONCEIÇÃO DA BARRA
11 – Renda per Capita (Em R$ 1,00 – Ano: 1998)	3.660	2.710	3.250	4.410	2.340	3.240	3.430	4.060
13 – Número de empregos formais (2000)	Homens: 456 Mulheres: 173	Homens: 176 Mulheres: 65	Homens: 741 Mulheres: 363	Homens: 1.280 Mulheres: 707	Homens: 676 Mulheres: 341	Homens: 7.091 Mulheres: 2.528	Homens: 1.078 Mulheres: 514	Homens: 1.810 Mulheres: 819
12 – Posição do PIB do Município no Ranking Estadual (Total de 77 municípios) 1997 e 1998	1997: 70º 1998: 71º	1997: 75º 1998: 75º	1997: 40º 1998: 40º	1997: 31º 1998: 24º	1997: 53º 1998: 59º	1997: 12º 1998: 11º	1997: 35º 1997: 29º	1997: 16º 1998: 18º
14 – Principais Atividades Econômicas	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Café *- Lavoura Temporária (LT):* Madioca	**Pecuária** *- Lavoura Temporária (LT):* Mandioca Tomate **Agroindústria** Farinheiras de Mandioca	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Café Côco *- Lavoura Temporária (LT):* Mandioca	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Mamão Café Côco *- Lavoura Temporária (LT):* Cana-de-açucar Mandioca **Agroindústria** Farinheiras de Mandioca	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Café Côco Mamão *- Lavoura Temporária (LT):* Cana-de-açucar Mandioca **Extrativismo Mineral** Granito **Agroindústria** Desltilaria de Álcool	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Café Côco Pimenta-do-reino Palmito Mamão *- Lavoura Temporária (LT):* Cana-de-açucar **Silvicultura** Eucalipto **Extrativismo Mineral** Petróleo e Gás **Comércio** Lojas para atendimento regional **Serviços** Intermediação Financeira e Turismo	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Mamão Pimenta-do-reino Côco *- Lavoura Temporária (LT):* Cana-de-açucar Mandioca **Silvicultura** Eucalipto **Agroindústria** Destilaria de Álcool	**Pecuária** *- Lavoura Permanente (LP):* Côco Palmito *- Lavoura Temporária (LT):* Cana-de-açucar **Silvicultura** Eucalipto **Agroindústria** Destilaria de Álcool **Extrativismo** Pesca **Extrativismo Mineral** Petróleo e Gás **Serviços** Turismo

FONTES:
- IBGE: CENSO DEMOGRÁFICO 2000 E PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL 2000.
- IPES: INFORMAÇÃO MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO, 1997/1998, 1999/2000.
- SEAMA:
- MINISTÉRIO DO TRABALHO/RAIS: 2000
- EMCAPER: ESCRITÓRIOS LOCAIS
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

♦ *PERFIL DOS MUNICÍPIOS QUE FORMAM A BHI*

- MUCURICI

Localizado a 354 Km de Vitória, esse município possui topografia plana a ondulada, permitindo a mecanização agrícola. A pecuária é a sua principal atividade econômica. Na agricultura destaca-se o cultivo de mandioca, café e feijão.

Existem em sua delimitação vários córregos e nascentes. De acordo com o documento, Informações Municipais do Estado do Espírito Santo 1997/1998 (IMEES) elaborado pelo IPES, haviam em tal período cerca de 200 barragens de terra somente nesse município. A fertilidade dos solos é boa, as estradas vicinais são patroladas periodicamente e o município está interligado por via asfáltica, favorecendo o escoamento dos produtos. O clima permite o plantio de café, mandioca e frutas tropicais.

Segundo dados do IBGE (1995/96), o café é a principal atividade agrícola, sendo responsável por 52% da renda gerada no setor. Além do café, o município ainda produz mandioca, com participação de 27% da renda do setor e também mamão, responsável por 9% do total. Setenta por cento dos empregos provêm da agropecuária.

Em 1998, o escritório local da Imcaper assistiu diretamente – através de visitas, reuniões, demonstração, excursões e cursos – a aproximadamente 70% do total das propriedades do município.

Alguns obstáculos mais representativos vividos em Mucurici são os seguintes: ausência de técnicos agrícolas para a assistência gratuita aos pequenos produtores rurais; crédito rural limitado; êxodo rural; assoreamento dos rios e córregos; nível educacional muito baixo; uso indiscriminado de fogo nas pastagens; deficiência de madeira na região; baixa produtividade das culturas e criações; comercialização através de intermediários; resistência dos produtores à adoção de tecnologia; empobrecimento do solo. O município é um dos que mais sofre com o fenômeno da seca em toda a região.

A principal fonte de financiamento é o Pronaf, abrangendo a cultura do café, pecuária de leite e financiamento de conjuntos de irrigação. Seus objetivos são: viabilizar empréstimo para pequenos e médios proprietários rurais a juros subsidiados; gerar empregos; aumentar o nível de produção do município e a renda familiar; aumentar o capital de giro dos estabelecimentos rurais (IMEES, 1997/1998).

Mucurici e Ponto Belo são os municípios com maior carência social existente na Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas.

- *PONTO BELO*

O Município de Ponto Belo foi emancipado através da Lei n.º 4.894/94, de 30 de março, desmembrado do Município de Mucurici, sua instalação deu-se em 1.º de janeiro de 1997.

Esse município possui potencialidades para o desenvolvimento da pecuária, da cafeicultura e fruticultura. Nos intervalos rochosos das regiões oeste e sudoeste existe solo de boa estrutura e boa fertilidade, favorável ao desenvolvimento da olericultura em nível de pequenas explorações. Um fator limitante é a periodicidade das nascentes, ressaltando a escassez dos recursos hídricos nesta região.

A economia local se fundamenta no setor agropecuário, sendo que a maioria das propriedades são geridas pela mão-de-obra familiar dos produtores. A falta de uma estrutura adequada de apoio à área rural é um obstáculo ao seu desenvolvimento, juntamente com o problema de acesso a água. Cerca de 60% das ocupações estão ligadas às atividades da agropecuária.

Existem algumas pequenas agroindústrias para a produção de farinha de mandioca, atividade tradicional em vários dos municípios que contribuem para a BHI. O processo produtivo é atrasado. A sazonalidade da produção ao longo do ano é um fator que impede a sobrevivência mais adequada das farinheiras, vez que a matéria-prima é muito perecível.

De acordo com o IMEES, 97/98, o município contava com apenas quatro unidades industriais, sendo duas de alimentos (que ocupam 29,5% de pessoal do setor); uma de minerais não metálicos (que ocupa 65% do pessoal) e uma de serviços industriais de utilidade pública (ocupando 5,5% de pessoas deste setor).

- *MONTANHA*

Município constituído em 28.12.1963, o município de Montanha foi instalado em 16.04.1964. Localiza-se a cerca de 336 km de Vitória. Tem como limites o Estado de Minas Gerais ao Norte, os municípios de Pinheiros ao Sul, Pedro Canário ao Leste e Mucurici ao Oeste.

A economia de Montanha concentra-se na agropecuária, prevalecendo a criação do gado de corte e leite, cultivo do café, cocô anão e mandioca, segundo o IBGE na última Pesquisa da Produção Agrícola publicada (PAM – 2000), as áreas com lavouras permanentes em Montanha totalizaram 6.238 ha, com destaque para o café.

A produção de carne é tradicional no município, cerca de 70% do rebanho é voltado para corte, e 30% para leite.

Juntamente com Mucurici e Ponto Belo, formam os municípios com o pior déficit hídrico da BHI.

Na agropecuária são identificados os seguintes pontos de estrangulamento: a) alto custo da energia para irrigação; b) descapitalização dos produtores; c) assistência técnica insuficiente para atender à demanda.

Destaca-se no município a presença de algumas agroindústrias para fabricação de aguardente. Possuem tamanho de pequena a média capacidade produtiva. Esse produto é distribuído em toda região norte do Espírito Santo.

De acordo com dados fornecidos pela Findes/Ideies (1997/98), o setor industrial tem alguma representatividade no município, contando com 20 empresas, que são responsáveis por 46 pessoas ocupadas. O gênero alimentos encontra-se em primeiro lugar com 08 empresas, que ocupam 26% do pessoal. O de bebidas, em segundo lugar, com 03 empresas, ocupam 11% do pessoal. Em terceiro lugar estão os minerais não-metálicos e serviços industriais de utilidade pública com 02 empresas cada, sendo responsáveis, respectivamente, por 13% e 19,5% do total. Todo o restante do pessoal ocupado (30,5%) encontra-se alocado em empresas dos mais diversos gêneros.

- *PINHEIROS*

Situa-se a cerca de 289 km de Vitória e possui área de 888 km². Limita-se com os municípios de Montanha e Pedro Canário ao Norte, Boa Esperança e São Mateus ao Sul, São Mateus e Conceição da Barra a Leste e Mucurici a Oeste.

A geração de renda e ocupação sustenta-se também no setor agropecuário da economia.

A pecuária desenvolvida no município é uma das que apresenta maior nível de tecnificação do Espírito Santo. Pinheiros se destaca por possuir o maior rebanho de gado simental puro. Sob a ótica das lavouras, evidencia-se a fruticultura, mamão e cocô anão e café. Em termos de lavoura temporária, tem-se principalmente a cana-de-açúcar e a mandioca.

A produção de cana-de-açúcar, com mais de 4.000 ha de área plantada, possui aproximadamente 20% desse total de área irrigada, cuja produção é destinada às destilarias de álcool e usinas de açúcar da região.

Pinheiros é um dos maiores produtores de mamão do Espírito Santo. Trata-se de uma produção onde o Estado se destaca em nível nacional. São cultivadas as espécies *formosa* e *havaí*, numa área aproximada de 3000 ha irrigados. A produção é comercializando nas regiões sul e sudeste do país. É intenso o consumo de água nessa atividade.

A produção de mandioca, cujo cultivo é feito sem irrigação, destina-se principalmente às tradicionais agroindústrias de farinha, que já foram numerosas no passado – em torno de 50 fábricas – e hoje restam apenas menos de uma dezena delas.

Os obstáculos vividos em nível do município e citados pelo escritório da Imcaper local são: alto custo da produção; escassez de água; preço de mercado (comercialização); qualificação da mão-de-obra.

- *BOA ESPERANÇA*

Localiza-se a cerca de 285 km de Vitória. Limita-se com o município de Pinheiros ao Norte, Nova Venécia ao Sul, São Mateus a Sudeste, Nova Venécia e Mucurici a Oeste.

Boa Esperança se caracteriza por uma significativa organização comunitária da comunidade rural. Existem escolas agrícolas voltadas para a realidade local. Os alunos aprendem a cultivar café e frutas.

As principais atividades em termos de renda e emprego são o café, a pecuária, a fruticultura (cocô anão e mamão) e a cana-de-açúcar, que forma uma extensa monocultura em direção a Pinheiros. Existe no município uma das 4 agroindústrias alcooleiras instaladas na BHI, instalada em 1983, a Albesa (Alcooleira Boa Esperança) com capacidade produtiva acima dos 60.000 litros de álcool por dia.

O café é de grande importância socioeconômica para o município, por envolver quantidade significativa de mão-de-obra no seu cultivo. É comercializado por compradores locais, de outros municípios e pela Cooperativa Agropecuária de São Gabriel da Palha (Cooabriel), que atua em todo extremo norte do Estado. O café também representa para o comércio local o maior incremento nas vendas de insumos agrícolas, provisões e equipamentos domésticos, vestuário, materiais de construção, entre outros.

Ainda segundo o IBGE (PAM-2000), a cana-de-açúcar é a segunda atividade em importância econômica para o município e responsável por 20% da renda gerada no setor, com cerca de 2000 ha de área cultivada. A maior parte da produção municipal é subordinada a Albesa, transformando a matéria-prima em álcool. Em menor escala, alguns agricultores plantam a cana para comercializar na usina de álcool e nas fábricas de aguardente existentes no município.

O rebanho, em sua maioria, é misto, destinado à produção de leite e carne. O leite é comercializado na Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), sendo entregue em um posto de recepção existente no município; na Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo (Coopnorte); e via posto de coleta da Nestlé, sediado em Nova Venécia. O gado para corte é vendido para frigoríficos de Colatina e açougueiros locais.

O maior consumo de água no município está relacionado à irrigação para a fruticultura.

- SÃO MATEUS

Trata-se do município de maior destaque que possui área de contribuição para a formação da BHI. Além de uma agricultura diversificada e bastante tecnificada, há a presença da unidade administrativa da Petrobras para a produção de óleo e gás em terra e no mar, e que efetua um importante encadeamento de compra e venda, estimulando os serviços e comércio local. São Mateus exerce uma polarização econômica para o conjunto da região aqui abordada, contando para tanto, com o centro urbano mais desenvolvido entre todos os demais municípios da Bacia.

Os destaque em favor desse município podem ser observados visualizando-se a Tabela 2. Vale salientar, entretanto, que apenas uma pequena parte do município faz parte da BHI, mais precisamente o distrito de Itauninhas (que engloba também o povoado de Nova Lima), situado a Noroeste. A sede de São Mateus e os outros distritos pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus. Independente desse fato, a dinâmica da Vila de Itaúnas tem uma estreita relação com a sede de São Mateus, dado a sua rede de suprimentos em geral.

Por tal fato, a população de São Mateus realmente envolvida na BHI, deve ser melhor especificada como sendo a daquele Distrito, que totalizou segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, uma população residente de 3.416 pessoas, e não os 90.460 que significa a população total do município em tal ano. Fato semelhante acontece com Conceição da Barra, onde a sede municipal não é abastecida por manancial da BHI, e sim do rio São Mateus. Aqui, apenas os distritos de Itaúnas e Braço do Rio é que contribuem de fato para a BHI, totalizando 15.685 habitantes no último Censo, e não 26.494 residentes para o total do município. Contudo, os municípios foram abordados em sua totalidade, salientando suas principais características, dado a forte vinculação da gestão da unidade de conservação objeto (PEI) com tais áreas urbanas.

São Mateus é um dos municípios mais antigos do Espírito Santo. Em 27.09.1764, o vilarejo foi elevado à categoria de Vila. Em 03.04.1848, passou a ser reconhecida como cidade. Situado a 218 km de Vitória esse município foi o primeiro pólo de desenvolvimento do Espírito Santo, capaz de levar uma vida autônoma numa época que nem Vitória, como sede ou capital provincial, tinha recursos próprios para sobreviver.

Em meados do século XIX, em uma época em que o café invadia o Sul do Espírito Santo, São Mateus, a principal cidade do Norte tinha a farinha de mandioca como sua principal mercadoria. O desenvolvimento foi facilitado pelo rio Cricaré (ou São Mateus), uma via permanente de ligação com a costa brasileira.

São Mateus limita-se ao Norte com Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra, São Gabriel da Palha, Linhares, Vila Valério e Jaguaré ao Sul, Oceano Atlântico a Leste e com Nova Venécia a Oeste.

São Mateus possui um Sítio Histórico tombado em 1976 como patrimônio Histórico pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC). Localiza-se a 500 m do centro com casarões construídos na época da expansão da farinha, quando as embarcações saíam carregadas deste produto e voltavam com pedras. As pedras serviam para calçar ruas e construir belíssimos casarões, dentre eles, o primeiro teatro capixaba datado de 1875 (A Gazeta, 1994).

Conforme dito inicialmente, a agricultura municipal destaca-se pela diversidade. O elenco das culturas mais importantes no município inclui: café, pimenta-do-reino, mamão, coco-anão, macadâmia, seringueira, cana-de-açúcar, palmito e culturas alimentares (feijão, milho, arroz e mandioca).

A pimenta-do-reino é uma cultura altamente concentrada no norte do Estado e muito importante para o município, que detém em torno de 87% da produção estadual. Apesar do alto custo de implantação e dos problemas fitossanitários, a cultura sobressai pela alta produção por área, sendo a responsável pelo grande desenvolvimento do município, sobretudo na rodovia que liga São Mateus a Nova Venécia. O município é o maior produtor estadual e o Estado é o segundo produtor do País.

O mamão, cultura de grande expressão no município, é cultivado por grandes produtores e empresários, iniciando também agora em pequenas propriedades e assentamentos. O ataque de pragas e doenças (ácaros, mosaico, mela) tem dificultado a expansão da cultura. O município é o terceiro maior produtor estadual. O Estado é o segundo produtor do País.

O coco-anão é uma cultura em franca expansão, devido às excelentes características edafoclimáticas e topográficas do município. Plantado por todos os segmentos de produtores, o município possui a maior área cultivada do Estado e uma das maiores da região Sudeste, sendo o maior produtor estadual.

A cana-de-açúcar é um produto destinado à produção de açúcar e álcool e cultivada somente por empresas (Disa e Alcon) com sede em Conceição da Barra.

O palmito é um cultivo de grande importância alternativa para os pequenos produtores rurais. A empresa Coimex Agrícola S/A já explora a cultura industrialmente com excelentes resultados, utilizando, inclusive, sementes importadas da melhor qualidade. O município abriga o viveiro Arueira, um dos maiores viveiros do Brasil na produção de mudas dessas palmáceas. A produção municipal é a maior do Estado.

As culturas alimentares (milho, feijão, arroz e mandioca) estão relacionadas à pequena propriedade familiar, presentes em grande volume no município. A produção é destinada à subsistência da unidade produtora ou ao abastecimento do mercado local.

Cabe observar a expressiva presença do eucalipto, ocupando em torno de 20% da área cultivável do município, sendo atualmente uma excelente opção de diversificação e renda para pequenos e médios produtores.

De acordo com IMEES, 97/98, as principais agroindústrias existentes no município são as seguintes: Ecopalm (palmito em conserva); Samil (leite e derivados); Irmãos Fontana (leite e derivados); Inquinor (amidos especiais); Nutfields (macadâmia); Café Duarte (torrefação).

- *PEDRO CANÁRIO*

Criado em 23.12.1983, teve sua instalação em 12.01.1985. Localiza-se a cerca de 285 km de Vitória. Limita-se com os Estados de Minas Gerais e da Bahia ao Norte, com os municípios de Pinheiros e Conceição da Barra ao Sul, Conceição da Barra a Leste e Montanha a Oeste.

Trata-se de um município cuja economia fundamenta-se também no setor primário, sendo a pecuária, o café, a cana-de-açúcar, o mamão e o cultivo de pimenta-do-reino, suas principais atividades em termos de renda e emprego. Destaca-se no município a presença da agroindústria Cristal Destilaria de Álcool (Cridasa), localizada no distrito de Cristal.

Em razão do sede do município ser cortada pela BR-101, tem-se verificado um crescimento no número de estabelecimentos para a prestação de serviços diversos aos viajantes.

No que tange aos recursos hídricos, ocorreu recentemente uma polêmica entre membros da sociedade regional envolvidos nas questões ambientais e os responsáveis pela construção de uma barragem de médio porte que começou a ser erguida nas proximidades da BR-101. A conclusão da obra está na dependência da avaliação e aprovação do Estudo de Impacto Ambiental exigido pela SEAMA.

- *CONCEIÇÃO DA BARRA*

Trata-se do município que abrange o Parque Estadual de Itaúnas. Conceição da Barra está distante cerca de 254 km de Vitória. Além da sede, compreende os distritos de Braço do Rio e Itaúnas.

O município limita-se ao Norte com o Estado da Bahia, ao Sul com o município de São Mateus, ao Leste com o Oceano Atlântico e ao Oeste com Pinheiros e Pedro Canário.

Conceição da Barra nasceu em razão de seu antigo porto. Sua fundação ocorreu por volta de 1554, quando Portugal enviou expedições para combater invasores estrangeiros e índios. Aportaram ao norte de um rio chamado pelos índios de Cricaré, onde fundou-se um núcleo populacional na Barra do rio Cricaré.

A rede hidrográfica é de "inflexões", nos baixos cursos e as bacias que compõem a paisagem hidrográfica são as dos rios São Mateus (ou Cricaré) e Itaúnas, cujas áreas de drenagem, são respectivamente, 384,0 e 781 km^2.

A silvicultura com eucalipto ocupa a maior parte da área agricultável do município. Inclusive, juntamente com áreas de pastagens, são os principais usos do solo no entorno do Parque Estadual de Itaúnas. Cerca de 68% da área agricultável do município pertencem as

empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose. De acordo com informações de membros da diretoria do Comitê Permanente da Bacia do Rio Itaúnas, cerca de 20% da área pertencente as duas empresas se destinam a preservação permanente, conforme prevê a legislação atual. O restante é destinada ao cultivo do eucalipto. Evidentemente o município possui uma das maiores concentrações fundiária do Espírito Santo.

A pesca é uma atividade também representativa no município, principalmente em termos de garantia de sobrevivência para várias famílias. Conceição da Barra já foi um dos principais pólos pesqueiros do Estado. Entretanto, esta atividade encontra-se em decadência devido à exaustão dos estoques pesqueiros em áreas costeiras e ao assoreamento do rio São Mateus (Cricaré) que já não permite a entrada de grandes barcos para descarregar os produtos.

A expansão do álcool e do açúcar na década de 80, levou à instalação de duas destilarias de álcool e uma usina de açúcar, primeiro a Destilaria Itaúnas (Disa) e depois a Alcon - Companhia de Álcool. Já houveram registros de derramamento do efluente vinhoto no rio Itaúnas. Atualmente, após ação da Seama para que as mesmas instalassem sistemas de decantação e reaproveitamento do vinhoto como adubo, as possibilidades de derramamento e emissão de odor decorrentes do processo de destilação da cana-de-açúcar, apresentou significativa redução.

Além do Parque Estadual de Itaúnas, o município possui outras três unidades de conservação: a Reserva Biológica do Córrego Grande (1.504 ha), a Floresta Nacional do Rio Preto (2.830 ha.) e a Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra (7.728 ha).

A atividade turística é extremamente importante para a economia do município. Tanto na sede municipal como na Vila de Itaúnas e no PEI, ela se faz representar, sobretudo nos meses de verão, feriados prolongados e mais recentemente no festival do forró de Itaúnas. Implicações , perspectivas e sugestões envolvendo o turismo, serão detidamente abordadas nesse Plano de Manejo.

♦ *A QUESTÃO DO SANEAMENTO AMBIENTAL NA BHI*

Os dados publicados mais recentemente sobre os municípios do Espírito Santo relacionados ao abastecimento de água, existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, além de se averiguar o destino do lixo gerado, foram apresentados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000. O levantamento foi feito pela categoria Domicílios Particulares Permanentes, ou seja, por unidades residenciais.

Quanto ao abastecimento de água, pode-se constatar que, com exceção dos domicílios de Mucurici, cerca de pelo menos 70% dos demais domicílios particulares dos outros municípios recebem água da rede geral de abastecimento. Já a forma de abastecimento através da categoria poço ou nascente, apresenta também um percentual considerável (acima de 20%) em seis, dos oito municípios do Espírito Santo que formam a BHI. Essa última categoria é predominante em muitos domicílios situados na zona rural.

Tabela 3: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, segundo os Municípios que formam a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas - Espírito Santo.

Municípios Que Formam a Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas	FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA											Total Geral
	Rede geral			Poço ou nascente (na propriedade)				Outra				
	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Não canalizada	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Não canalizada	
Mucurici	883	568	315	577	354	80	143	102	3	5	94	1562
Ponto Belo	1256	1048	208	397	239	61	97	68	3	6	59	1721
Montanha	3407	2826	581	1186	850	88	248	90	5	1	84	4683
Pinheiros	4394	3651	743	1254	733	222	299	114	4	2	108	5762
Boa Esperança	2480	2279	201	1035	824	109	102	26	2	3	21	3541
São Mateus	17888	16564	1324	4525	2846	604	1075	768	251	23	494	23181
Pedro Canário	5043	4293	750	415	195	87	133	137	3	5	129	5595
Conceição da Barra	5545	4377	1168	996	452	107	437	150	3	8	139	6691

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000.

Quanto ao tipo de esgotamento sanitário, do total geral das residências particulares existentes na região, aproximadamente 7,1% delas não tinham sequer banheiro ou sanitário. Se somarmos com tal categoria, aquelas cujo destino do esgoto era diretamente lançado em "vala, rio, lago ou mar", chega-se a um patamar de aproximadamente 10% dos domicílios particulares permanentes, o que não é nada desprezível para uma questão fundamental que é o saneamento básico. Não obstante, não há qualquer sistema que colete os esgotos domiciliares na região. Neste sentido, a coluna da Tabela 4 que trás grande representatividade para o tipo Rede Geral de Esgoto, trata-se na verdade de ligações efetuadas na rede pluvial das áreas urbanas.

Tabela 4: Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, segundo os Municípios que formam a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas - Espírito Santo.

Municípios Que Formam a Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas	TINHAM BANHEIRO OU SANITÁRIO							Não tinham banheiro nem sanitário	Total Geral
	Total	Tipo de esgotamento sanitário							
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro		
Mucurici	1349	549	7	671	49	57	16	213	1562
Ponto Belo	1537	615	16	839	26	18	23	184	1721
Montanha	4361	2642	14	1587	31	52	35	322	4683
Pinheiros	5362	3724	77	1491	18	39	13	400	5762
Boa Esperança	3323	919	709	1604	19	54	18	218	3541
São Mateus	21847	12797	1636	6328	450	536	100	1334	23181
Pedro Canário	5324	1270	29	3942	31	31	21	271	5595
Conceição da Barra	5866	599	136	5034	43	37	17	825	6691

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

No que se refere ao destino do lixo, a Tabela 5 nos mostra a quantidade de residência por município que queimam o lixo, enterram, ou os joga em terrenos baldios, lagos, rios, etc. Apesar de que em média no conjunto dos municípios mais de 70% dos resíduos sólidos serem coletados por serviço público, o destino final para todo o volume é o lixão a céu aberto. Nenhum dos municípios possui aterro sanitário ou outra forma de destinação final tecnicamente mais aceitável.

Tabela 5: Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, segundo os Municípios que formam a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas - Espírito Santo.

Municípios Que Formam a Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas	DESTINO DO LIXO								Total Geral
	Coletado			Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino	
	Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza						
Mucurici	710	677	33	662	49	84	2	55	1562
Ponto Belo	1110	582	528	366	26	206	-	13	1721
Montanha	3450	3447	3	936	42	177	2	76	4683
Pinheiros	4107	3940	167	1144	74	353	5	79	5762
Boa Esperança	2203	2195	8	947	57	294	4	36	3541
São Mateus	17850	17385	465	3977	177	956	43	178	23181
Pedro Canário	4848	4839	9	544	40	143	4	16	5595
Conceição da Barra	4484	4405	79	1413	106	601	41	46	6691

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

♦ *PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E OS IMPACTOS GERADOS*

Como a conexão entre as principais atividades econômicas desenvolvidas ao longo da Bacia do Rio Itaúnas e o Parque Estadual de Itaúnas ocorre primordialmente através do uso dos mananciais hídricos e devolução de efluentes a esses, a descrição dos impactos abaixo relacionados recai evidentemente sobre aqueles de caráter negativo, oriundos das tais atividades. Vale ressaltar que as ações dos agentes econômicos (notadamente produtores rurais e as empresas) não apresentam, até o momento, qualquer efeito positivo no que tange à recuperação de mananciais aquosos. Ao contrário, a relação, de foro histórico-cultural estabelecida, reproduz um imaginário como se os recursos fossem inesgotáveis, daí a falta de preocupação generalizada com a sustentabilidade dos bens naturais. Não obstante, considera-se implícito no presente item, o importante impacto positivo vinculado à geração de emprego e renda das atividades relacionadas a seguir.

ATIVIDADE: **REPRESAMENTO DE CURSOS D'ÁGUA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS.**

Não há um levantamento mais consistente que indique o número de micro e pequenas barragens construídas por proprietários rurais em toda extensão que conforma a Bacia do Itaúnas. Informações obtidas junto ao Comitê de gestão dessa Bacia Hidrográfica dão conta de que existem pelo menos várias centenas de construções dessa natureza, com o objetivo de reter água para uso em irrigação, atividades domésticas e desedentação de animais.

Impactos:

- Tensão entre os produtores rurais em razão da diminuição do volume de água em todos os trechos a jusante de tais edificações. Já houve na região pelo menos um conflito com a morte de uma pessoa causada pela problemática envolvendo o acesso a água. Evidentemente a situação se agrava em períodos de seca, em uma região de acentuado déficit hídrico, sobretudo na porção noroeste da Bacia.

- Inundações e destruição de plantações e da infra-estrutura viária em épocas de maior período e intensidade de chuvas. Dependendo do volume de água pode haver um rompimento das represas ocasionando um "efeito dominó", implicado em elevados transtornos. O mais grave deles ocorreu no último período de chuvas, com a ruptura de dois segmentos da BR-101 Norte, cuja área de abrangência desse impacto negativo, extrapolou em muito o próprio Estado do Espírito Santo.

ATIVIDADE: **IRRIGAÇÃO**

Trata-se de uma atividade meio para a cafeicultura, fruticultura e outros cultivos da lavoura permanente e temporária. Independente das técnicas empregadas (pivô central, gotejamento, etc.), sabe-se que há a necessidade de grande consumo de água para se realizar as atividades produtivas, que se agrava em um contexto regional de recomposição natural do volume hídrico bastante complicado, face às condições climáticas desfavoráveis e de cobertura florestal insuficiente nas proximidades das nascentes.

Impacto:

- Redução no volume de água nos afluentes e no próprio rio Itaúnas, comprometendo as condições de vida futura na região.

ATIVIDADE: **EFLUENTES DOMÉSTICOS E DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS DIVERSOS.**

Principalmente aqueles provenientes das áreas urbanas, onde há grande adensamento de pessoas. Não existe na região sistemas de tratamento de esgotos para atender a população, sendo os efluentes lançados na rede fluvial.

Impactos:

- Incidência mais elevada de doenças de veiculação hídrica.

- Elevação nos custos de tratamento da água para distribuição à população, face a maior concentração de matéria orgânica.

ATIVIDADE: **RETIRADA DE COBERTURA VEGETAL PARA A FORMAÇÃO DE PASTAGENS E LAVOURAS.**

Apesar da existência de legislação que coíbe a prática de desmatamentos, tal prática ocorre na região. O efetivo de pessoas para a fiscalização é insuficiente. Soma-se a isso a falta de sensibilização de muitos produtores para preservar os limites mínimos de vegetação natural. A situação se agrava onde há a ocorrência em áreas próximas às nascentes.

Pela falta de vegetação, intensifica-se o fenômeno erosivo, carreando uma grande quantidade de materiais para as calhas dos cursos de água.

Impactos:

- Prejuízos socioeconômicos em geral em virtude de enchentes, dado que o assoreamento das calhas principais potencializam as inundações.

- Redução no volume normal de água, dados os efeitos nocivos dos desmatamentos para o processo de recomposição natural dos mananciais. A longo prazo a situação tende a se tornar mais dramática, mantendo-se as atuais formas de relação homem/ ambiente natural, isto, não somente na Bacia enfocada.

ATIVIDADE: **USO DE DEFENSIVOS QUÍMICOS EM LAVOURAS E PASTAGENS**

Em geral são usados em todas as culturas, principalmente na fruticultura e olericultura, bem como na formação de pastagens. É uma atividade meio cujos efeitos são intensificados devido à sinergia de caráter negativo com a retirada da cobertura vegetal natural.

Impactos:

- Perda de qualidade da água pela contaminação com produtos químicos
- Elevação nos custos de tratamento da água
- Contaminação das pessoas devido ao uso inadequado dos produtos

ATIVIDADE: **MONOCULTURA DO EUCALIPTO**

Na BHI estende-se por toda porção mais próxima ao litoral, abrangendo principalmente Conceição da Barra, São Mateus e Pedro Canário. A maioria absoluta dos plantios pertencem somente a duas empresas, a Aracruz Celulose (ARCEL) e a Bahia Sul Celulose. Desde o final dos anos 60, quando o plantio de eucalipto começou no Espírito Santo em caráter empresarial, a aquisição de terras foi acentuada, principalmente pela ARCEL.

Em alguns trechos no entorno da unidade de conservação, de acordo com representantes do Comitê Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, os plantios avançam bem próximos aos cursos d′água, não obedecendo as faixas mínimas de preservação impostas por Lei.

Impactos:

- Inauguração e desenvolvendo um processo de concentração da posse da terra na faixa litorânea da região norte do Espírito Santo, sendo um dos fatores representativos para a expulsão de populações do campo nas décadas de 70 e 80.
- Sobreutilização das estradas da região.
- Diminuição da biodiversidade local.

ATIVIDADE: **PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE AÇUCAR E ÁLCOOL**

Trata-se da principal atividade agroindustrial localizada na BHI. Das 6 usinas existentes no Espírito Santo, 4 delas estão nessa Bacia. As outras duas estão localizadas respectivamente em Linhares (LASA) e em Itapemirim (Paineiras), a mais antiga do Estado. Todas as quatro existentes, isto é , a DISA e a ALCON (ambas em Conceição da Barra, a CRIDASA (Pedro Canário) e a ALBESA (Boa Esperança), tiveram suas implantações determinadas no bojo do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) do Governo Federal, no início da década de 1980. As linhas de produção se concentram mais na produção de álcool do que de açucar. Elas trouxeram a expansão acentuada do cultivo da cana-de-açúcar na região, formando juntamente com o eucalipto, as duas monoculturas extensivas da Bacia.

Existe uma perspectiva de ocupação da ociosidade dessas usinas em nível de Brasil (que gira em torno de 20% em média) com a retomada do PROALCOOL pelo governo federal. Há, neste sentido, uma tendência também para o aumento das áreas de plantio.

Impactos:

- Possibilidade de contaminação de cursos d'água pelo vinhoto, sobretudo em períodos de cheia dos rios. Este efluente resulta da destilação do licor de fermentação do álcool de cana -de- açúcar.

Há alguns anos atrás os moradores sentiam fortemente o odor de tal liberação pelas usinas, bem como já houve mortandade de peixes, prejudicando a pesca artesanal de rio. Mais recentemente, a intensidade desse impacto negativo diminuiu, em função de ações da SEAMA que obrigou às usinas a colocarem bacias de decantação na saída dos efluentes das usinas, sendo ainda possível a poluição por vinhoto nas épocas de cheia dos rios. Um outro aproveitamento está sendo dado ao vinhoto, utilizando-se esse resíduo como adubo para as lavouras.

- Aumento da concentração fundiária em razão da montagem dos plantios de cana-de-açúcar, sendo um somativo aos fatores que provocaram os movimentos de êxodo rural ocorridos no norte do Espírito Santo.

ATIVIDADE: **EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO**

Vários poços da Petrobrás encontram-se em produção nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Do ponto de vista dos recursos hídricos, durante o processo de produção de gás e óleo, a empresa faz uso de águas dos lençóis freáticos.

Impactos:

- Sobreutilização das estradas da região
- Possível alteração de qualidade da água pelo fluído de perfuração
- Desmatamento pontuais

ATIVIDADE: **TURISMO**

Importante atividade existente na orla marítima de São Mateus e Conceição da Barra. Tem como principal atrativo a combinação sol e mar, além de uma variada riqueza em termos de atrativos históricos e culturais.

A chegada de turistas ocorre de forma espontânea, não organizada ou planejada, como no restante do litoral que recebe visitantes no Espírito Santo.

Caracteriza-se fortemente pela sazonalidade do fluxo de turistas. No verão, em feriados prolongados e, mais recentemente na semana do forró em Itaúnas, ocorre um excesso de visitantes, sobrecarregando a capacidade de suporte dos destinos. Basicamente no resto do ano, o fluxo se interrompe causando transtornos à manutenção e melhoria das empresas (pousadas, bares, restaurantes, trasportadoras, lojas em geral) que prestam serviços aos turistas, vez que o volume dos gastos se reduz acentuadamente.

Impactos:

- Pisoteio nas dunas e esquiduna: principais impactos oriundos do turismo. O pisoteio intenso durante a temporada turística fofa a areia das dunas, provocando sua erosão e desraizamento da vegetação nativa. O impacto ambiental desta atividade é bem ilustrado pelo destino da antiga vila de Itaúnas: devido a retirada da vegetação fixadora, nos anos sessenta, uma larga faixa de dunas, empurrada pelos ventos do mar, invadiu e soterrou totalmente a cidade. Essas dunas e as ruínas da antiga vila são as mais visitadas hoje, mas o pisoteio ocorre em todo o trecho das dunas.

- Danificação da sinalização e vandalismo: atos recorrentes de vandalismo, especialmente da sinalização e balizamento dos percursos de visitação, emperram tentativas de ordenamento de fluxo de turistas e limitação do impacto de pisoteio. Esse fato não é

independente de um outro fenômeno ocorrendo em área de visitação durante a temporada: insegurança e assaltos, impactos sociais diretos de turismo, conjuntamente com o consumo de drogas, a especulação imobiliária e conseqüente marginalização da população nativa.

- ***ABORDAGEM GERAL SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NO LITORAL NORTE: MUNICÍPIOS DE SÃO MATEUS E CONCEIÇÃO DA BARRA.***

A atividade turística que vem se processando na faixa litorânea do extremo norte do Espírito Santo está fundamentada no binômio – *sol e mar* – enquanto elemento que exerce atração sobre as pessoas que vão em busca de lazer e recreação. Portanto, tal atrativo natural, consolidou-se como o pilar das relações socioeconômicas que estruturaram o turismo nesse litoral. É óbvio que é de amplo conhecimento o fato da combinação *sol e mar* ser o elemento definidor para a chegada de pessoas de diversas áreas emissoras. Contudo, sabe-se também, que isso não é uma característica apenas presente no litoral capixaba, mas em toda zona costeira, seja no Brasil ou no exterior, que receba contingentes ou fluxos de visitantes que exerçam gastos em consumo no destino visitado, a partir de renda auferida em seu local de origem.

O turismo, enquanto uma atividade social, com suas dimensões: econômica, cultural, política, ambiental, etc., estrutura-se em determinados pontos do espaço a partir da existência de atrativos. Estes são os elementos que motivam o deslocamento das pessoas dos seus locais de origem, isto é, onde residem, para um outro (de destino), efetuando uma permanência mínima de 24 horas e não superior a 180 dias, de acordo com a definição elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), citada por Arendt (2000, p.21). Ademais, essa definição se completa destacando-se que, na condição de consumidores, os turistas efetuam os gastos nos locais visitados com base em rendimentos recebidos em seus locais de residência, portanto, não participando dos mercados de trabalho nos locais visitados.

Os atrativos turísticos são divididos em dois grandes grupos, os naturais e os criados pelo homem. No primeiro caso entram todos os recursos encontrados no ambiente natural, que recebem socialmente valores paisagísticos, àqueles vinculados à emoção estética, à amenidade provocada, à raridade (tanto dos elementos e sítios naturais encontrados, quanto da biodiversidade). Já no segundo, tem-se, dentre outros, os sítios e monumentos históricos, as manifestações folclóricas, artesanais e culturais em geral, as realizações técnicas, científicas e artísticas, os acontecimentos programados, como um evento qualquer.

Os atrativos são para o censo comum aquilo que se chama de potencial turístico, uma capacidade básica, porém isoladamente não garante o desenvolvimento da atividade, mas que sem ela o mercado do turismo não se estrutura, ou seja, essa capacidade é uma condição necessária, porém não suficiente, haja vista que o turismo depende de outros elos (como o transporte, acomodações, infra-estrutura, divulgação, etc.) que formam uma corrente

sistêmica. Assim quanto maior for a diversidade de atrativos concentrados em determinadas regiões, maior será o potencial de um destino de criar novos produtos turísticos, na forma de serviços, predominantemente, que serão postos à venda.

No caso de São Mateus e Conceição da Barra são encontrados vários atrativos naturais e criados. Nas proximidades da linha de praia que se estende desde a foz do rio Mucuri em Barra Nova, até o Riacho Doce, na divisa com a Bahia, passando-se por Guriri, pelas áreas próximas à sede de Conceição da Barra e Itaúnas, são encontrados diferentes ecossistemas, como manguezais, restingas, banhados e dunas. No que tange aos de ordem histórico/culturais, tem-se o casario representado pela área do antigo porto de São Mateus, monumentos religiosos, sítios arqueológicos, uma variedade de manifestações folclóricas, como por exemplos, o ticumbi e o jongo, o forró de Itaúnas, além do artesanato local.

A chegada mais sistemática de visitantes ocorreu primeiramente na sede do município de Conceição da Barra, a partir da década de 1970. Diversas pessoas vindas de municípios mais próximos, bem como da Capital do Espírito Santo e de Minas Gerais, foram construindo casas de veraneio em tal local. Pouco tempo depois o município já era destaque no circuito de verão do Estado, ganhando impulso de ocupação no período carnavalesco. Estabelecimentos de hospedagem , como hotéis, pousadas e campings, foram também sendo montados, ocorrendo já na década seguinte significativa expansão da mancha urbana. Posteriormente, já no final da década de 1980 e início da de 1990, houve a criação e rápido crescimento do balneário localizado na ilha de Guriri, a partir de loteamentos implementados, com características de uso e ocupação do solo semelhantes ao processo verificado na sede de Conceição da Barra, surgindo grande especulação com a posse da terra.

A atual Vila de Itaúnas, contornada pelas áreas do Parque Estadual, começou a receber freqüentadores também nos anos de 1970. Contudo, pode-se dizer, que este fato somente ganhou expressão a partir de meados da década seguinte, mas sendo que o maior destaque em termos de contingentes de turistas vem ocorrendo desde o início dos anos noventa, com um significativo crescimento no número de pousadas, valorização imobiliária, e afastamento dos moradores nativos das áreas mais bem localizadas da Vila, através da compra de seus imóveis por pessoas vindas de fora, tanto do próprio Espírito Santo quanto de outros Estados, que se estabeleceram e montaram algum negócio próprio, fundamentalmente pequenas atividades de comércio e serviços para o crescente público de turistas.

Do ponto de vista da evolução da população residente em áreas urbanas para o Distrito de Itaúnas, tem-se de acordo com os Censos Demográficos do IBGE, um crescimento que passou de 403 moradores em 1980 para 580 em 1991 (incremento de 43,9%), e para 951 residentes no ano 2000, ou seja, uma aumento de 63,9% de 1991 para 2000, e de 135,9% em vinte anos, de 1980 a 2000.

Hoje, no período de veraneio, toda a região recebe fluxos em massa de turistas.

Em linhas gerais, o padrão dessa atividade turística se fundamenta, além da atratividade básica acima colocada, no fato das áreas receptoras dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, atraírem pessoas do próprio Estado, bem como dos outros mais próximos, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Os meios de hospedagem mais utilizados são: imóveis próprios, alugados, casa de parentes e amigos e os hotéis e pousadas.

Quanto às maneiras de viajar, o automóvel próprio, seguido da utilização de ônibus, são os essenciais. A permanência média (em pernoites realizadas) de cada turista em Guriri e na cidade de Conceição da Barra é superior ao número de pernoite que em média um turista fica em Itaúnas, vez que em tal Vila a hospedagem em pousadas é relativamente mais representativa nesse local, do que nos destinos anteriores, onde prevalecem as estadias em imóveis próprios e naqueles alugados por quinzenas. Todavia, isso nos sugere dizer que o gasto médio diário individual por turista que se hospeda em Itaúnas deve ser maior do que o efetuado em média em Guriri e na sede de Conceição da Barra, porque, em geral, o gasto em hospedagem em hotéis e pousada, constitui-se no principal item de despesa de um turista, juntamente com os dispêndios em transporte.

Apesar de não se poder argumentar com maior propriedade sobre tais questões, devido a completa ausência de pesquisas que contenham indicadores de magnitude do consumo realizado pelos turistas na região, entende-se que a sugestão tem lógica. Vale lembrar que, informações sobre os gastos dos turistas são de grande importância para se qualificar o perfil demanda turística em um determinado destino. Ademais, o Espírito Santo é extremamente carente em levantamentos e pesquisas confiáveis sobre o seu próprio turismo. Não há uma preocupação em nível dos órgãos públicos estaduais em produzir informações sobre a realidade do turismo no Espírito Santo, o que dificulta avaliações com maior clareza sobre o desempenho dessa atividade ao longo dos últimos anos, além de aumentar o grau de incerteza quanto ao seu futuro, repercutindo nas decisões por parte de quem pretenda empreender nesse setor, ou de uma formulação de políticas públicas que possa contemplar o segmento turístico, como a infra-estrutura de suporte, por exemplo.

Na região os investimentos em hotelaria/pousadas são realizados por empreendedores locais, havendo domínio de equipamentos de pequeno porte. Normalmente a organização das viagens não é feita por agências de turismo, sendo ainda que a influência de parentes e amigos prevalece enquanto canal de divulgação e conhecimento da região.

Não há um sistema de sinalização turística padronizado. Há carência absoluta de serviços de informação ao visitante, onde se pudesse ter a distribuição de materiais de divulgação e a forma presencial de informações sobre os atrativos regionais, enfocando seus valores naturais, históricos e culturais.

Um dos maiores problemas para o fortalecimento do turismo em tal região litorânea reside nos poucos dias ao longo do ano em que se observa a presença de um número significativo de turistas realizando gastos em consumo. Em muitos casos torna-se desvantajoso economicamente manter o estabelecimento em funcionamento a maior parte do ano, devido

a necessidade de se ter pelo menos um nível mínimo de ocupação requerido, de modo a fazer frente aos custos fixos e variáveis que se tem que incorrer e ter a expectativa de alguma margem de lucro. Esse é o motivo para que os donos de equipamentos como hotéis e pousadas, os mantenham fechados fora da alta estação (verão) e dos feriados ou eventos mais prolongados.

Assim, sem demanda turística em pelo menos dois terços do ano, reduz-se o estímulo e as condições econômicas para a melhoria dos equipamentos e busca de diferenciação dos serviços oferecidos. Também fica comprometida a elevação na qualificação profissional dos trabalhadores que atuam no setor, bem como a realização de gastos em promoção/ divulgação dos destinos.

O caráter sazonal da demanda turística é uma face marcante desse tipo de mercado, principalmente àquele existente em áreas litorâneas ou não, mas que estejam fora, ou afastados de um centro urbano mais desenvolvido, como a Grande Vitória, por exemplo, capaz de atenuar os problemas decorrentes da quebra do fluxo de gastos iniciados pelos turistas em épocas de veraneio e feriados prolongados, com a diversificação de estratégias, como a realização de eventos, em muito justificados pela própria dinâmica da economia concentrada na área metropolitana.

Sob a ótica do desenvolvimento do turismo na região litorânea da BHI, promover a atração de visitantes fora do verão e dos feriados prolongados torna-se assim um obstáculo difícil cuja superação deve envolver estratégias que, ao mesmo tempo em que possam promover acontecimentos e a chegada de turistas ou excursionistas à região, sejam também planejadas, no sentido de atender o princípio básico do desenvolvimento sustentável, ou seja, o uso dos recursos naturais e os histórico-culturais criados por gerações passadas, sem destruí-los, preservado-os para as gerações de agora e futuras, eis o grande desafio não somente para a região enfocada, mas para todas. Como conciliar o uso dos recursos com sua preservação?

À guisa de exemplo, é indiscutível a expressividade que o festival e a semana do forró em Itaúnas adquiriu em apenas duas edições, atraindo um contingente de turistas extremamente elevado. Contudo, torna-se prudente uma avaliação por parte do poder público local e da comunidade envolvida, onde se discuta todos os impactos envolvidos, tanto os positivos, no que tange à geração de renda e ocupações temporárias, quanto os negativos, sobre a unidade de conservação (excessivo pisoteio sobre as dunas, lixo) e a capacidade de suporte da Vila para o turismo de massa que hoje vem ocorrendo. Os ajustamentos são desejáveis, e tornam-se possíveis de serem efetuados com maiores chances de sucesso quando respaldados em amplos processos de discussão e negociação entre o poder público, empresário do setor e, a comunidade local residente.

- ***DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: AMEAÇAS PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS DE ALTO POTENCIAL ATRATIVO PARA VISITAÇÃO NA REGIÃO.***

- Degradação de ecossistemas frágeis pelo descontrole em relação à quantidade de turistas bem como à baixa qualidade da visitação hoje existente, destacando-se o comportamento dos visitantes em relação aos locais visitados. Ainda que o fluxo físico de pessoas seja hoje elevado em apenas determinados momentos do ano, o excesso de pisoteio sobre dunas, atos de vandalismo e desrespeito aos costumes dos moradores locais são significativos.

- Insuficiência de recursos financeiros que possam viabilizar a adequada manutenção e fiscalização das unidades, tanto do Parque Estadual de Itaúnas como nas demais existentes na região. A sensação de abandono facilita ações nocivas à preservação da biodiversidade e do patrimônio histórico-cultural.

- A falta de uma política que integre as comunidades (que vivem no interior ou adjacentes à Unidade) ao Parque em uma relação de parceria, onde oportunidades de trabalho e renda possam acontecer. Tal ausência provoca o distanciamento das pessoas e a não aceitação/legitimação das restrições impostas em nome da conservação dos ambientes. Via de regra, a criação de unidades de conservação da natureza no Brasil acorre sem a preocupação de se gerar alternativas de sobrevivência para as pessoas nativas de determinadas áreas, ou que nelas estejam radicadas, mas que tenham relação com os ambientes que passam a sofrer restrições legais. Os conflitos em tais circunstâncias são comuns.

- Baixa qualidade em termos de saneamento ambiental, principalmente em relação ao lançamento de efluentes domésticos sem tratamento e ao destino final dos resíduos sólidos.

- Descaracterização do antigo ambiente urbano, especificamente da Vila de Itaúnas, pelo processo de especulação imobiliária que já se faz presente.

- ***DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: OPORTUNIDADES EM NÍVEL REGIONAL***

- Diversidade de atrativos. Tanto os naturais, como os diversos ecossistemas existentes, quanto aqueles de ordem histórico-cultural.

- Potencial para o surgimento de serviços relacionados ao ecoturismo.

3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO

O Espírito Santo possui 60 (sessenta) Unidades de Conservação pertencentes à União, Estado e Municípios, sendo 47 (quarenta e sete) instituídas na categoria de Proteção Integral e 13 (treze) na de Uso Sustentável, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. O Estado conta, ainda, com 8 (oito) áreas particulares protegidas, sendo três delas sob a forma de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, averbadas permanentemente, através de documentos que deram origem à Portarias do IBAMA. A localização destas Unidades está apresentada no Anexo 2-Mapa da Localização das UCs no ES e sua situação pode ser observada nas Tabelas 3.1-1, 3.1-2, 3.2-1, 3.2-2, 3.3-1, 3.3-2 e 3.4, a seguir.

No total, somam mais de 160.000,00 (cento e sessenta mil) ha de áreas representativas dos principais ecossistemas estaduais, incluindo os diversos domínios da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados (manguezal e restinga), além dos lagunares e rupestres.

Também são significativas as 3 (três) Reservas Indígenas, com área total de 14.127,00 (quatorze mil, cento e vinte e sete) ha, concentradas no Município de Aracruz. As áreas consideradas como Áreas de Preservação Permanente – APPs, nas quais se destacam as restingas, manguezais, matas ciliares, vegetação de nascentes e topos de morros, entre outras, não constam deste levantamento.

Os dados apresentados inferem, que somente um percentual muito pequeno (inferior a 2,00%) da área do Estado está protegido. Essa situação é mais preocupante quando se observa as reduzidas dimensões das Unidades existentes (maioria menor que 1500ha), assim como sua descontinuidade geográfica, dificultando uma possível conectividade entre elas. Exceção se faz com as áreas do Parque Nacional do Caparaó e da Reserva Biológica de Sooretama, de áreas superiores a 20.000 ha. A maior área de florestas está situada no Município de Linhares, onde a REBIO de Sooretama e a Reserva Natural da Vale do Rio Doce, antiga Reserva Florestal de Linhares, se avizinham, conferindo à floresta um grande valor biológico e ecológico.

É importante salientar, também, a preservação de áreas de manguezal, como os da Baía de Vitória, do rio Piraquê-açu em Santa Cruz e do rio Benevente em Anchieta, bastante representativos.

Em relação à conservação, a maioria das áreas protegidas possui vegetação em estágios sucessionais de regeneração, principalmente aquelas com cobertura de Floresta Ombrófila Densa e todas as suas derivações, pela devastação das florestas originais para cultivo, pastagem e retirada de madeira nobre, entre outros fatores que provocaram a redução da sua biodiversidade. A exceção pode ser observada em alguns manguezais e áreas rupestres que contam com sua vegetação em estágio primitivo, até mesmo pelas espécies características e endêmicas, como é o caso de Piraquê-açu e Anchieta em relação aos manguezais e Gioapaba-açu quanto a vegetação rupestre.

Uma das maiores dificuldades para implementação das Unidades é a situação fundiária, que em poucas unidades está solucionada, conforme informações obtidas nos órgãos responsáveis. Este fator coloca em risco a proteção das florestas, permanecendo essas à mercê dos usos inadequados introduzidos pelos, ainda, proprietários.

Outro fator preocupante é o planejamento das Unidades de Conservação. Existem somente 16 Unidades com planos de manejo elaborados, sem, contudo, estarem implementados em sua totalidade. A fiscalização e a educação ambiental e outras atividades institucionais, mecanismos que podem evitar ou controlar os prováveis danos aos ecossistemas, também, não são permanentemente instituídos, ou quando ocorrem são de forma precária ou esporádica.

Observa-se também que muitas das Unidades foram criadas e continuam existindo somente no documento que lhes deu origem. Parte dessa situação pode ser imputada à falta de condições operacionais, financeiras e técnicas dos órgãos responsáveis pelo gerenciamento da Unidade.

As Tabelas que se seguem demonstram a situação das Unidades de Conservação do Espírito Santo e a importância da elaboração e implementação de programas de manejo e de um efetivo sistema de apropriação das áreas pelos órgãos responsáveis, através da regularização fundiária, da educação ambiental e do controle e fiscalização.

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Tabela 3.1-1: Categoria de Proteção Integral.

Unidade	Órgão Responsável	Municípios de Abrangência	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistema Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvidas
Estação Biológica São Lourenço	Museu de Biologia Mello Leitão	Santa Teresa	Escritura de doação, compra e venda	*	Floresta Ombrófila Densa	250,00	não	PQ
Estação Biológica Santa Lucia	Museu de Biologia Mello Leitão	Santa Teresa	Escritura de doação, compra e venda	S 19° 56” W 40°37’	Floresta Ombrófila Densa	400,00	não	PQ
Parque Nacional do Caparaó*	IBAMA	Iuna, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Ibitirama (ES)#	Decreto Federal n.º 50646 de 24/05/61	S20º19’ W41°43’ S20°37’ W41°53’	Campos de altitude e Floresta Subcadocifólia Tropical	31.853,00 #	sim	EA/PQ/FIS
Parque Natural Ilha Meirelles	IBAMA	Aracruz	*	*	*	*	*	*

Tabela 3.1-1: Categoria de Proteção Integral. (Continuação).

Unidade	Órgão Responsável	Municípios de Abrangência	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistema Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvidas
Reserva Biológica Augusto Ruschi	IBAMA	Santa Teresa	Decreto Federal n.º 87.589 de 20/09/82	S 19°54'20'' W 40°33'44''	Floresta Ombrófila Densa	4.733,75	sim	EA/PQ/FISC
Reserva Biológica de Com-boios	IBAMA	Linhares e Aracruz	Decreto Federal n.º90.222 de 25/09/84	S 18°22'14'' W 40°08'28''	Floresta de Restinga	833,23	sim	EA/PQ/UP/FI SC
Reserva Biológica do Córrego Grande	IBAMA	Conceição da Barra	Decreto Federal n.° 97.657 de 12/04/89	S 18°22'14'' W 39°48'09''	Floresta Atlântica de Tabuleiro (Floresta Ombrófila densa Litorânea)	1.504,00	Sim	EA/FISC
Reserva Biológica do Córrego do Veado	IBAMA	Pinheiros	Decreto Federal n.° 87.590 de 20/09/82	S 18°22'14'' W 40°08'28''	Floresta Atlântica de Tabuleiro	2.392,00	sim	EA/PQ/FISC
Reserva Biológica de Sooreta-ma	IBAMA	Linhares, Sooretama, Jaguaré, Vila Valério	Decreto Federal n.° 87.588 de 20/09/82	S 19°03'22'' W 40°08'50''	Floresta Atlântica de Tabuleiro	24.250,00	sim	EA/PQ/FISC

Fonte: IBAMA (Agosto/2002)

* O Parque Nacional do Caparaó abrange também os Municípios de Caparaó, Alto Caparaó, Alto Jequitiba e Espera Feliz, em Minas Gerais, desenvolvendo também atividades de uso público. A área descrita corresponde à totalidade do Parque.

Tabela 3.1-2: Categoria de Uso Sustentável.

Unidade	Órgão Responsável	Municípios de Abrangência	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistema Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvidas
Floresta Nacional do Rio Preto	IBAMA	Conceição da Barra	Decreto Federal n.º87590 de 17/01/90	S 18°21'19'' W 39°50'39''	Floresta Atlântica de Tabuleiro (Ombrófila Densa Litorânea)	2.830,00	sim	EA/PQ/UP/FI S

Fonte: IBAMA (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)
- *: Dado não disponível

3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Tabela 3.2-1: Categoria de Proteção Integral.

Unidade	Órgão Responsável	Municípios de Abrangên-cia	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistema Predominante	Área	Plano de Manejo	Atividade Desen-volvidas
Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça	IDAF	Alegre	Decreto Estadual n.° 2.791 de 24/08/84	S 20°37'35'' W 41°26'36''	Floresta Estacional Semidecidual	24,70	sim	UP/FISC
Parque Estadual Ilha das Flores	SEAMA	Vila Velha	*	*	Insular	*	*	*
Parque Estadual de Mata das Flores	IDAF	Castelo	Lei Estadual n.º 4617 de 02/01/92	S 20°35'54'' W 41°10'53''	Floresta Ombrófila Densa Montana e Estacional Semidecidual	800,00	não	nenhuma
Parque Estadual da Fonte Grande	IDAF/SEM-MAM	Vitória	Lei Estadual n.° 3.875 de 07/08/86	S 20°18'31'' W 40°20'26''	Floresta Ombrófila Densa	214,58	sim	EA/PQ/UP/FISC
Parque Estadual do Forno Grande	IDAF	Castelo	Decreto estadual n.° 312 de 31/10/60	S 20°32'29'' W 41°07'17''	Floresta Ombrófila Densa Montana e Altimontana	730,00	sim	EA/UP/FISC
Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (ex Setiba)	SEAMA	Guarapari	Decreto Estadual n.° 2993-N de 05/06/90	S 20°31' S20°37' W40°23' W40°26'	Floresta de Restinga	1.500,00	não	EA/UP/FISC/PQ
Parque Estadual da Pedra Azul	IDAF	Domingos Martins	Lei n.º 4.507 de 31/01/91	S 20°24'07'' W 41°01'23''	Floresta Ombrófila Densa Altimontana	1.240,00	não	EA/PQ/UP/FISC
Reserva Biológica de Duas Bocas	IDAF	Cariacica	Lei estadual n.° 4503 de 03/01/91	S 20°16'21'' W40°28'40''	Floresta Ombrófila Densa Submontana	2.910,00	sim	EA/PQ/UP/FISC
Reserva Biológica de Jacarenema	SEAMA	Vila Velha	Lei n.º 5427 de 28/07/97	*	Floresta de Restinga e Lagunar	307,00	sim	nenhuma
Parque Estadual de Itaúnas	SEAMA	Conceição da Barra	Descreto Estadual 4967-E	S18º20´ S18º25´ W39º40´ W39º42´	Floresta de Restinga	3481	não	PQ/EA/FISC/UP

Fonte: IDAF (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)
- *: Dado não disponível

Tabela 3.2-2: Categoria de Uso Sustentável.

Unidade	Órgão Responsá-vel	Municípios de Abrangên-cia	Instrumen-tos de Criação	Coordena-das Geográficas	Ecossistema Predomi-nante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvidas
Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra	SEAMA	Conceição da Barra	Decreto Estadual n.° 7305-E de 13/11/98	S 18°34'5'' W 39°29'	Floresta de restinga e manguezais, Rio São Mateus	7.728,00	não	nenhuma
Área de Proteção Ambiental Deplá	SEAMA	Vila Velha	Lei estadual n.° 4807 de 09/09/93	*	Não disponível	Não disponível	não	nenhuma
Área de Proteção Ambiental de Guanandy	SEAMA	Rio Novo do Sul, Piuma e Itapemirim	Decreto n.° 3788 de 23/12/94	S 20°51'35'' W 40°45'19''	Floresta de restinga Lagunar	5.242,00	não	nenhuma
Área de Proteção Ambiental Goiapaba-açu	SEAMA	Fundão e Santa Teresa	Decreto Estadual n.° 3796-N de 27/12/94	S 20°51'48'' W40°25'53'' S 20°26'13'' W40°27'32''	Floresta Ombrófila Densa subperenif-ólia e campos rupestres	3.740,00	não	nenhuma
Área de Proteção Ambiental do Mestre Álvaro	IDAF	Serra	Lei estadual n.° 4507 de 07/01/01	S 20°09'21'' W 40° 20'17''	Floresta Ombrófila densa das Terras baixas e submontana	3.470,00	não	nenhuma
Área de proteção Ambiental Pedra do Elefante	SEAMA	Nova Venécia	Decreto n.° 794-R de 30/07/01	*	Floresta Estacional semidecídua submontana	2.562.31	não	Nenhuma
Área de Proteção Ambiental de Praia Mole	SEAMA	Vitória e Serra	Decreto Estadual n.° 3802-N de 29/12/94	S 20°12'40'' W 40°12'33'' S 20°14'37'' W 40°14'27''	Restinga e lagunar	400,00	não	Nenhuma
Área de Proteção Ambiental de Setiba (antiga 3 ilhas)	SEAMA	Guarapari	Decreto estadual n.°3747-N de 12/09/94	S 20°30'45'' W40°19'58'' S 20°40'48'' W 40°27'32''	Restinga e Marinho	12.960,00	não	PQ/UP

Fonte: SEAMA (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)

- *: Dado não disponível

3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS

Tabela 3.3-1: Categorias de Proteção Integral.

Unidade	Órgão Responsável	Município	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistemas Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desen-volvidas
Estação Ecológica Municipal de Barra Nova	SEMA/PMSM	São Mateus	Lei municipal n.º 001 de 05/04/90	*	Floresta de Restinga	*	não	nenhuma
Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão	SEMMAM/PMV	Vitória	Lei Municipal n.° 3.377 de 11/06/86	*	Manguezal, restinga e rupestre	891,80	não	FISC
Estação Ecológica Municipal Papagaio	PMANCHIE-TA	Anchieta	Decreto Municipal	S 20°48'13'' W 40°39'06''	Manguezal	457,00	*	FISC
Parque Ecológico de Jabaeté	SEMA/PMVV	Vila Velha	Decreto Municipal n.º 059/95	*	*	244,00	não	nenhuma
Parque Ecológico Morro do Penedo	SEMA/VV	Vila Velha	Decreto Municipal n.° 058/de 16/06/94	*	rupestre	19,00	não	nenhuma
Parque Natural Municipal Pico do Itabira	PMCI	Cachoeiro do Itapemirim	Decreto Municipal 6.117 de 04/08/88	*	Floresta Ombrófila densa	102,81	sim	EA/FISC
Parque Natural Municipal Rota das Garças	SEMMA/PMViana	Viana	Decreto Municipal n.° 023/2002	*	Floresta Ombrófila Densa	68,63	não	nenhuma
Parque Municipal de Aricanga (ex-Reserva Florestal de Aricanga)	PMA	Aracruz	Decreto Municipal n.° 3.059 de 29/03/88	S 19°48'41'' W40°20'41''	Floresta de Restinga	383,03	não	UP/FISC
Parque Municipal da Baía Noroeste de Vitória	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 10.179 de 01/06/98	S 20°16'33'' W 40°19'50''	Manguezal	63,88	não	EA/UP/FISC
Parque Municipal de Guarapari – Morro da Pescaria	SEMAM/PMG	Guarapari	Lei Municipal n.º1.673de 29/07/97	*	Floresta de Restinga	110,00	não	nenhuma
Parque Municipal da Gruta da Onça	SEMMAM/PMV	Vitória	Lei Municipal n.° 3.564 de 23/12/88	*	Floresta Ombrófila Densa	6,66	não	EA/UP/FISC
Parque Municipal da Mata da Praia	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.°10.027 de 05/06/97	*	Floresta de Restinga	4,49	não	EA/UP/FISC

Tabela 3.3-1: Categorias de Proteção Integral. (Continuação).

Unidade	Órgão Responsável	Município	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistemas Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desen-volvidas
Parque Municipal do Mochuara	PMCariacica	Cariacica	Decreto Municipal n.° 103 de 27/04/90	*	Floresta Ombrófila Densa e rupestre	*	*	*
Parque Municipal Morro da Mantegueira	SEMA/PMVV	Vila Velha	Lei Municipal n.º 2836 de 08/06/93	S 20°20' W 40°20'	Manguezal e Floresta Ombrófila Densa	140,00	Sim	EA/UP/FISC
Parque Municipal Sombra da Tarde	PMBSF	Barra de São Francisco	*	*	*	*	X	*
Parque Natural Municipal Dores do Rio Preto	PMDRP	Dores do Rio Preto	*	*	*	*	*	*
Parque Municipal de Tabuazeiro	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º9.073 de 02/12/95	*	Floresta Ombrófila Densa	5,01	não	EA/UP/FISC
Parque Natural Municipal Goiapaba-açu	PMF	Fundão	Decreto Municipal n.º1.890 de 27/10/91	S19°54'45'' W40°28'40''	Floresta Ombrófila Densa subperenifólia e campos rupestres	*	*	*
Reserva Ecológica do Córrego do Jacarandá	PMSM	São Mateus	Lei Municipal n.° 001 de 05/04/90	*	*	*	*	*
Reserva ecológica dos Manguezais dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim	PMA	Aracruz	Decreto Municipal n.º 8.936 de 31/01/84	S 19°52'16'' W40°14''8''	Manguezal	1.651,00	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal Ilha de Trindade e Arquipélago Martin Vaz	SEMMAM/PMV	Oceano Atlântico/Vit-ória	Decreto Municipal n.º 8.054 de 26/05/89	*	Marinho e samambaias gigantes	928,00	não	PQ/FISC (Base da Marinha do Brasil)
Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 8.906 de 26/09/92	*	Rupestre/scrubs	10,92	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela	SEMMA/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 8.905 de 26/09/92	*	Rupestre/scrubs	29,534	não	PQ/FISC

Tabela 3.3-1: Categorias de Proteção Integral. (Continuação).

Unidade	Órgão Responsável	Município	Instrumento de Criação	Coordenadas Geográficas	Ecossistemas Predominante	Área (ha)	Plano de Manejo	Atividades Desen-volvidas
Reserva Ecológica Municipal do Mata de Goiabeiras	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 10.029 de 05/06/97	*	Floresta Atlântica de Tabuleiro (Ombrófila Densa Litorânea)	5,72	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 10.028 de 05/06/97	*	Floresta Ombrófila Densa Litorânea (Mata Paludosa)	12,34	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Olhos	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 7767 de 02/06/88	*	Floresta Ombrófila Densa/Rupestre	0,655	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal São José	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 10.026 de 05/06/97	*	Rupestre	2,63	não	FISC
Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 3566 de 09/01/89	*	Floresta de Restinga	12,544	não	PQ/FISC
Reserva Florestal de Cachoeira do Rio Pardo	PMMF	Muniz Freire	Lei Municipal n.º990 de 26/06/84	*	*	*	*	*

Fonte : SEAMA (Agosto/2002)
Prefeituras Municipais (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)
- *: Dado não disponível

Tabela 3.3-2: Categoria de Uso Sustentável.

Unidade	Órgão Responsável	Município	Instrumen-to de Criação	Coordena-das Geográficas	Ecossistema Predomi-nante	Área	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvi-das
Área de Proteção Ambiental da Ilha do Frade	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 7920 de 31/12/88	*	Marinho e urbano	37,5	não	EA/PQ/UP/FISC
Área de Proteção Ambiental da Lagoa Jacunén	SEMAM/PMS	Serra	Decreto Municipal n.º 2.135 de 25/11/98	*	Lagunar e Mata ciliar	*	*	*
Área de Proteção Ambiental do Maciço Central	SEMMAM/PMV	Vitória	Decreto Municipal n.º 8911 de 18/09/92	*	Floresta Ombrófila Densa e rupestre	1.100,00	sim	EA/PQ/UP/FISC
Área de Proteção Ambiental Morro do Vilante	SEMAM/PMS	Serra	Decreto Municipal n.º 2.235 de 07/12/99	*	*	*	*	*

Fonte: SEMMAM/PMV (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)
- *: Dado não disponível

3.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES

Tabela 3.4-1: Categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável.

Unidade	Município	Instrumento de Criação	Área	Plano de Manejo	Atividades Desenvolvidas	Ecossistema Predominante	Proprietário
Área de Preservação Fazenda Bananal do Norte	Cachoeiro do Itapemirim	Possível transformação em FLONA	338,8	não	*	Floresta Ombrófila Densa	INCAPER
Área de Preservação da Fazenda Goytacazes	Linhares	Possível transformação em FLONA	1.610,00	não	*	Floresta Ombrófila Densa Litorânea (Tabuleiro)	INCAPER
Estação de Biologia Marinha	Aracruz	Particular	21,40	não	PEI/EA/FIS	Manguezal e restinga	André Ruschi
RPPN Fazenda Cristina	Montanha	Portaria IBAMA 157/98	-	não	*	*	Deomário Recla Bitti
RPPN Fazenda Cafundó	Cachoeiro de Itapemirim	Portaria IBAMA n.° 62-N de 10/05/98	517,00	não	PE/FIS	*	*
RPPN Fazenda Sayonara Natural	*	*	*	não	*	*	*
Reserva Natural Vale do Rio Doce (amtiga Reserva Florestal Linhares)	Linhares	Particular	21.787,00	sim	PE/FIS/EA/UP	Floresta Ombrófila Densa Litorânea (Tabuleiro)	Cia. Vale do Rio Doce
Reserva da Mata Atlântica do Morro da Vargem	Ibiraçu	Particular	140,00	sim	PE/FIS/EA/UP	Floresta Ombrófila Densa	Mosteiro Zen-budista

Fonte: IBAMA (Agosto/2002)

- EA: Educação ambiental (permanente, periódica ou esporádica)
- PQ: pesquisa em desenvolvimento ou desenvolvida
- UP: Uso público permitido
- FISC: fiscalização (fixa, freqüente ou periódica)
- *: Dado não disponível

À primeira vista, verifica-se que as unidades de conservação do Espírito Santo, apesar do grande número, carecem de uma definição clara de atendimento aos atributos fundamentais no estabelecimento de espaços legalmente protegidos, tais como:

- ⇨ *importância biológica*, representando o montante de biodiversidade a ser conservado no sistema de reservas;
- ⇨ *uso sustentável de recursos e participação de atores*, atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações, e criando uma mentalidade pública neste sentido;
- ⇨ *representatividade*, representado o montante das diferentes regiões biológicas atualmente representadas no sistema de reservas;
- ⇨ *conectividade*, indicativa das reais possibilidades de manutenção dos processos ecológicos e evolutivos.

Além das Unidades de Conservação, existem no Espírito Santo três Reservas Indígenas, conforme Tabela 3.5.

3.5 RESERVAS INDÍGENAS

Tabela 3.5-1: Reservas Indígenas.

Unidade	Municípios	Área	Órgão Responsável
Reserva Indígena de Caieiras Velha	Aracruz	1.100,00	FUNAI
Reserva Indígena Comboios	Aracruz	12.600,00	FUNAI
Reserva Indígena Pau Brasil	Aracruz	427,00	FUNAI

Fonte: IBAMA (Agosto/2002)

4. EQUIPE TÉCNICA

Maria da Glória Brito Abaurre ..... Bióloga - Coordenação

Marcos Benevenuto ..... Economista - Agentes Econômicos e Turismo

Ivani Zechinelli..... Bióloga - Unidades de Conservação

Marta Oliver ..... Geógrafa – Geoprocessamento

Etiene Barros de Rodrigues ..... Editoração de Texto

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES. **Informações Municipais do Estado do Espírito Santo 1997/1998**. Vitória, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES. **Informações Municipais do Estado do Espírito Santo 1999/2000.** Vitória, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado Extraordinária do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Turístico Litoral Norte do Espírito Santo**: Área de Influência da Sudene. Vitória,1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1996**. Vitória, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico do Espírito Santo2000**. Vitória, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal do Espírito Santo 2000– PAM.** Vitória, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL (Secretaria de Recursos Hídricos). GEARH/UFES. **Diagnóstico Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas**. V.1. Vitória, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Estado do Espírito Santo. Vitória, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE .**Programa Integrado de Conservação e Recuperação dos Mananciais de Abastecimento e suas Bacias Hidrográficas – Promanancial**. Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, Levantamento Preliminar dos Municípios. Vitória, 1997.

SIMBIOS. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas**. Encarte 2: contexto Estadual. Vitória , 2000.

SIMBIOS. **Parque Estadual de Itaúnas. Diagnóstico Estratégico: Impactos, Gerenciamento, Potenciais e Situação do Entorno** - Relatório de Campo (20 – 26/05/00), 2000.